



PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE JORNALISMO, CONFORME CARACTERIZAÇÃO NO MAPA DE PESSOAL

ATA N.º 3

1 - Ao décimo sexto dia do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, reuniram os elementos do júri nomeados para a contratação na modalidade de relação de emprego público por tempo indeterminado de um Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior, área de Jornalismo, estando presentes: o presidente, Dr. José Alberto Arêde Negrão, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, e os vogais efetivos: Dr. Jorge Manuel Martins Alfaiate Reste, Chefe da Divisão de Comunicação, Imagem, Protocolo e Turismo, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Dr. Nelson Pedro de Jesus Estevão, Técnico Superior.

2 - A reunião teve por objetivo tomar conhecimento dos contactos recebidos pelos candidatos deste procedimento, que expuseram a dificuldade na obtenção da obra literária “Comunicação nas Organizações: Empresas Privadas, Instituições e Setor Público [Conceitos, Estratégias, Planeamento e Técnicas”, Torquato, Gaudêncio, Summus Editorial, 2015, exigida para o 1.º Método de Seleção, Prova de Conhecimentos.

3 - Assim, tendo em consideração a informação prestada pelos candidatos, o júri deliberou:

– Retirar da bibliografia a obra literária “Comunicação nas Organizações: Empresas Privadas, Instituições e Setor Público [Conceitos, Estratégias, Planeamento e Técnicas”, Torquato, Gaudêncio, Summus Editorial, 2015.

– Manter a restante bibliografia/legislação indicada no aviso de abertura:

Bibliografia / Legislação da prova de conhecimentos:

- Camilo, E. (1998). Estratégia de Comunicação Municipal - Uma Reflexão sobre as Modalidades de Comunicação nos Municípios. Estudos em Comunicação – Universidade da Beira Interior, disponível em: https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20110826-camilo_eduardo_estrategias.pdf;
 - Comunicação Estratégica Institucional e Organizacional, Média e Jornalismo - revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo FCSH, n.º 33, Vol. 18, n.º 2 – 2018, disponível em https://impactum-journals.uc.pt/mj/issue/view/2183-5462_33/115;
 - Lei n.º 78/2015, de 29 de julho - Regula a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social e altera a Lei de Imprensa, a Lei da Televisão e a Lei da Rádio;
 - Lei n.º 40/2006, de 25 de agosto - Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português;
 - Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação - Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP);
 - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação - Estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais;
 - Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, disponível em https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/media/upload/2020/202083114591_DespachoN79492020De13DeAgosto.pdf.
5. Mais deliberou o júri, notificar sobre a decisão a todos os candidatos ao procedimento.
6. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade e votação nominal.





Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os membros do júri.

A presente ata fica desde já disponível para consulta pelos interessados.

José Alberto Silva
JAP RA
Vilson Guly.